

FORTIFICAÇÕES
E TERRITÓRIO
NA PENÍNSULA
IBÉRICA E NO MAGREB
(SÉCULOS VI A XVI) Vol. I

Coordenação de
Isabel Cristina F. Fernandes



Edições Colibri



Biblioteca Nacional de Portugal
– *Catálogo na Publicação*

FORTIFICAÇÕES E TERRITÓRIO NA PENÍNSULA IBÉRICA E NO MAGREB
(SÉCULOS VI A XVI)

Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb
(séculos VI a XVI) / coord.

Isabel Cristina Ferreira Fernandes. – (Extra-colecção)

1º v. – 472 p. – ISBN 978-989-689-374-3

I – FERNANDES, Isabel Cristina F., 1957-

CDU 904

Título: Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb
(Séculos VI a XVI) – Volume I

Coordenação: Isabel Cristina Ferreira Fernandes

Edição: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola

Capa e separadores: DCCT – Câmara Municipal de Palmela

Revisão dos textos: I. C. Fernandes; J. F. Duarte Silva; Patrice Cressier

Depósito legal: 368 239/13

Lisboa, Dezembro de 2013

A urbe de Torres Vedras e a sua cerca medieva

ISABEL LUNA

Museu Municipal Leonel Trindade

GUILHERME CARDOSO

Assembleia Distrital de Lisboa

Introdução

A ORIGEM da povoação de Torres Vedras é indissociável das *velhas torres* que identificavam a estrutura fortificada, estrategicamente erguida no topo da pequena colina que se eleva na várzea torriense. Ao longo dos últimos séculos, a historiografia ajudou a construir um modelo de desenvolvimento urbano da povoação que, centrando-se no núcleo fortificado, teria evoluído, da Idade Média até à actualidade, ao longo das encostas sul e nascente, em coroa sucessivas, cuja progressão se daria à medida que cada uma ia esgotando a sua capacidade de acomodar mais habitantes. Todavia, o registo arqueológico, resultante de alguns trabalhos por nós efectuados e da observação informal de algumas obras de instalação de infra-estruturas urbanas, parece contradizer este modelo de evolução urbana. Não só a ocupação humana de algumas áreas do sopé da colina parece ser pouco menos remota do que a do núcleo fortificado, como terá atingido, logo numa época muito recuada, os limites geográficos que viriam a definir o espaço urbano da vila ao longo de toda a Idade Média, numa constância que se prolongaria ainda pela Idade Moderna, até à segunda metade do século XIX.

Neste texto, procuramos rever a cronologia e o modelo de crescimento urbano tradicionalmente estabelecido para a povoação de Torres Vedras, em conjugação com o estudo da construção e do traçado das suas muralhas medievais. Para tal, recorreremos aos dados fornecidos pelo registo arqueológico, nomeadamente aos achados recolhidos no centro histórico da actual cidade, à releitura e reinterpretação da documentação histórica disponível, ao estudo de documentação cartográfica e à revisão da principal bibliografia de referência. Paralelamente, procurámos analisar o papel dos literatos na construção da memória histórica do *lugar*, através da difusão de representações do povoado claramente moldadas pela sua percepção pessoal e prontamente assumidas, pela população em geral, como imagens emblemáticas da urbe.

A cerca de Torres Vedras

As muralhas da vila torriense constituem, hoje, um elemento da história da povoação envolto em particular mistério. Sabe-se que existiram, mas não foi ainda possível determinar de forma segura a sua origem ou compreender o seu completo desapareci-

mento. Os escassos indícios da sua existência pouco contribuem para o esclarecimento do seu traçado e persiste a incerteza relativamente à execução integral do projecto de amuralhamento da vila.

A mais antiga descrição conhecida do antigo burgo medieval de Torres Vedras foi-nos legada por Fernão Lopes, na sua *“Chronica delRey D. Joam I de Boa Memoria”*, no relato que faz do cerco posto pelo Mestre de Avis a esta vila, entre Novembro de 1384 e Fevereiro de 1385. Escreve o cronista que *“este lugar de Torres Vedras é uma fortaleza assentada em cima de uma formosa mota (...). A vila tem sua cerca arredor do monte e na maior alteza dele está o castelo; e antre a vila e o castelo moravam tão poucos de que não é fazer conta; e toda sua poboração era em um grande arravalde (...) ao pé do monte”* (LOPES, 1977: 410)¹. Aquilo que o cronista define como o *lugar* consiste no *sítio militar* a tomar – *“este lugar é uma fortaleza”* –, ou seja, no recinto amuralhado situado no topo da colina, central na acção bélica em curso, e não na *povoação*, enquanto espaço de vivência e socialização da população, que ele relega para um *arrabalde*. O que é interpretado como a *vila*, com a *sua cerca*, mais não é do que o castelo², com a respectiva cerca de muralhas, cuja estrutura básica ainda hoje subsiste. Pelo que as suas alusões ao *“muro da vila”*³ devem ser interpretadas como relativas à muralha – ou cerca – do castelo. Nenhuma parte do relato permite inferir que a povoação fosse, à época, amuralhada. Pelo contrário, a referência a um *arrabalde (fora de portas)*⁴, a ausência de alusões a qualquer outra muralha e a aparente facilidade com que as tropas terão entrado no burgo, apenas se detendo perante os muros do castelo, concorrem para a conclusão de que a vila, no seu conjunto, não se encontraria protegida por uma cerca⁵.

A convicção – construída a partir do relato de Fernão Lopes –, de que, no último quartel do século XIV, Torres Vedras não seria ainda murada, conjugava-se plenamente com a noção de que terá sido o cerco posto pelo Mestre de Avis a revelar as fragilidades defensivas da vila e, conseqüentemente, a ditar o propósito da construção de uma muralha que a cercasse e protegesse. Esta hipótese parece ser confirmada por um contrato de emprazamento de uns *pardieiros*, datado de 1393, no qual se refere que, *“se per ventura em algũu tempo se cercar a villa e as dictas casas forem derrubadas per razom de cerca que se asy fezer, que vos non seyades theudoo a fazer as dictas casas nem outrossy a pagar a dicta pensom*

*a nós como dicto he*⁶. Se, por um lado, o documento sugere a possibilidade de, por esta altura, estar já delineado um plano de amuralhamento da povoação e definido o seu presumível percurso, não é menos notório o facto de deixar transparecer uma enorme indefinição quanto à efectiva possibilidade de concretização do projecto e à data em que tal poderia ocorrer. Não é, por isso, de afastar a hipótese de podermos estar, não perante a antevisão de um plano concreto, mas antes perante a constatação de um espaço urbano com limites seculares e marcadamente circunscritos, onde o traçado de eventuais fronteiras físicas seria logicamente apreendido e pressentido.

Tentar investigar a construção ou reparação das muralhas de Torres Vedras, ao longo dos séculos XV e XVI, é algo particularmente complexo, devido à dificuldade em determinar se as várias alusões aos *“muros de Torres Vedras”*, se referem à muralha do castelo, à cerca da vila, ou às duas em simultâneo. É o caso de um documento de 1411, que refere um vedor das obras *“do muro”* de Torres Vedras⁷, e de uma petição dos moradores do Gradil a D. Afonso V, em 1468, para que confirmasse a dispensa de servirem *“pellos [seus] corpos nas ditas obras desse muro da dita villa”* e de *“pagarem nas ditas obras”*⁸, dispensa essa que já lhes havia sido outorgada em 1434 por D. Duarte⁹. Contudo, nada assegura que o aludido muro da vila não se trate, efectivamente, da cerca do castelo, tal como a entendeu Fernão Lopes. Sobretudo se se tiver em conta que a anúduva era igualmente aplicada à construção e reparação de castelos (MONTEIRO, 1999: 161) e que os moradores do Gradil já seriam escusados de tais encargos desde o tempo de D. Afonso IV – muito antes, portanto, do cerco do Mestre de Avis, altura em que, como a narrativa de Fernão Lopes parece deixar subentender, a vila não seria cercada.

A mais antiga alusão à existência da cerca de Torres Vedras, acima de qualquer dúvida razoável, data de 1442, quando um documento da colegiada de S. Pedro refere uma casa *“que parte com ho muro e com rua da corredoura”*¹⁰ – que o tombo das propriedades da igreja de S. Pedro, em 1488, confirma confrontar a poente com o *muro da vila*, a nascente com as casas de um carpinteiro e a norte com a Rua da Corredoura¹¹, suficientemente distante da cerca do castelo para com ela poder ser confundida. O que significava que, por esta altura, pelo menos uma parte da muralha, no extremo oriental da vila, já estaria construída. Curiosamente, trata-se de uma habitação localizada já no exterior da muralha e que confrontava igualmente com outra casa ainda mais afastada da cerca. O que supõe que ou a muralha teria já alguma antiguidade, ou que nunca chegara a abarcar, logo desde o início, todo o conjunto edificado urbano¹². Também o tombo da Igreja de S. Tiago refere a existência de uma ermida de S. Francisco, na Várzea, junto da estrada para o Varatojo, que tinha *“defronte o muro da vila”*¹³, indicando que, no século XVI, a cerca se estendia igualmente ao extremo ocidental da vila.

As informações que possuímos sobre a muralha, ao longo da Idade Média, são assim escassas e pouco

esclarecedoras. A documentação manuelina relativa à *“obra dos muros de Torres Vedras”*¹⁴, datada de entre 1519 e 1520, tem sido atribuída à cerca do castelo de Torres Vedras (BARROCA, 2003: 103), uma vez que o emblema de D. Manuel, afixado no pórtico da fortaleza, atesta o seu patronato na obra. Não sabemos se a intervenção régia se terá estendido às muralhas da vila mas, atendendo a que, juntamente com as do castelo, formavam um sistema defensivo integrado e considerando o papel de D. Manuel no reforço do poder central, delegado no alcaide-mor D. João Soares de Alarcão, é de crer que, no início do século XVI, a estrutura defensiva da vila estivesse em pleno funcionamento, garantindo ao alcaide o controlo absoluto da administração fiscal e aduaneira da povoação. Contudo, sabendo que o rei se encarregava, em geral, de *“obras mais circunscritas”* e que *“requeriam um maior cuidado architectónico”*, como foram as da cerca do castelo, é de crer que as obras da muralha da vila pudessem ter ficado por conta do município, essencialmente por recurso à anúduva, ainda que podendo contar com algum eventual apoio régio, nomeadamente por *“renúncia à cobrança de certos tributos”* (MONTEIRO, 1999: 165)¹⁵.

Pouco depois das obras manuelinas, as muralhas da vila terão sofrido um grande revés, com o terramoto de 26 de Janeiro de 1531¹⁶. De tal forma a vila terá ficado devastada e a cerca arruinada que, no dia de Natal do mesmo ano, em resposta à intenção de D. João III de transferir o Estudo Geral para Torres Vedras, a Câmara pede ao rei que revogue a sua decisão, invocando, entre outras razões, o ser esta *“hũa villa (...) que nom he cercada”*¹⁷. Na sequência do sismo que destruiu grande parte de Lisboa e das doenças que logo se propagaram, o rei procuraria melhores instalações e condições de acolhimento para os estudantes. Mas a falta de mantimentos e a peste que voltara a grassar em Lisboa no final do ano¹⁸ preocupavam sobremaneira os torrienses, que temiam que os estudantes pudessem ser veículos de propagação da doença na vila, pois os *“escolares sam gente manceba e nom ham de leixar de yr a Lixboa per que ny so ponha a maor guarda que poder ser e tambem senhor por que esta vila he bem que este gardada para se nam despegar”*. Apesar do contexto de calamidade, é possível que, para atingir os seus intentos, o concelho possa ter exagerado um pouco o verdadeiro estado de conservação das muralhas. Em 1539, o pedreiro João de Tomar efectuava obras no castelo (VITERBO, 1922: 106-107), certamente em virtude dos estragos resultantes do sismo, sendo provável que também as muralhas da vila tivessem sofrido algumas reparações.

A importância das muralhas na defesa da saúde pública urbana voltaria a ser notória aquando da *peste pequena* de 1599, altura em que a Câmara entregou *“as chaves das portas desta vila”* a um dos vereadores, deliberando *“que a vila se guardasse pela ordem que até aqui se guardou”*, velando-se *“as portas com três homens cada dia, cada uma um nobre e dois mecanecos, servindo o nobre de cada porta de guarda-mor”*¹⁹. Tal facto prova que, apesar do seu

eventual mau estado de conservação, as muralhas ainda mantinham a sua utilidade. Essa parece ter sido, também, a opinião dos torrienses que, no século XVII, terão sido confrontados com um plano de demolição do que restava das muralhas. De facto, em Julho de 1641, D. João IV acedeu a um pedido do município, autorizando o derrube do *“recanto e ruína do muro velho que está visinho do mosteiro de Santo Agostinho, (...) pera se fazer huma praça e entrada de muito porte de que resultaria ficar ennobrecida”*²⁰. Todavia, esta medida do município não terá agradado particularmente aos habitantes, levando os procuradores da vila às cortes de 1642 a recorrerem igualmente à autoridade régia, solicitando *“que os muros e portas da dita villa se conservem no estado em que estão por ser assy autoridade, e honrra da terra, e o povo os quer hir reformando á sua custa em rezão de estar perto da costa honde ha algũs portos em que o inimigo pode sahir”*, tendo-lhes o rei concedido *“a terça para os concertos (...) ajudando a isso o povo com serviço pessoal e com o meu socorro que for possível”* (REGO, 1932: 9-10).

As poucas notícias que possuímos, após o século XVII, referem-se apenas a episódios de derrube das portas da vila. De acordo com o testemunho do P.^o António Carvalho da Costa (1712: 18), no final daquele século a memória colectiva ainda registava a existência de três portas: a de Santana, a da Várzea e a da Corredoura²¹. Apesar de as ruínas da porta de Santana terem sido demolidas em 1641, o seu nome perpetuou-se, pois uma descrição da igreja da Misericórdia, de 1731, refere estar a igreja na rua *“cõfinante com o terreiro a que chamão das portas de Santa Anna por nelle não ha muitos annos estar ainda hua porta das da Villa com parte da muralha della de que ainda hoje ha vestígios”*²². A porta da Várzea, que dava acesso à estrada real para Mafra, foi demolida em 1734, quando se fazia *“a calssada da Varzea grande athe a esta villa (...), por estar o dito muro aruynado, com pouca utilidade para esta villa, antes lhes elle [dava] prejuízo no dito muro e porta pelas imundices que nelle reprezavam”*²³.

Em 1758 já não deviam existir vestígios notórios, quer das muralhas, quer das respectivas portas. Na resposta ao Inquérito Paroquial de 1758, os párocos de S. Pedro e de S. Tiago referem, respectivamente, que a vila *“não é murada e somente tem um castelo”* e que *“foi murada toda e com quatro portas que já tudo está extinto”*. O pároco de Santa Maria, por sua vez, diz ter sido a vila *“antigamente murada com portas nas suas entradas, cujo muro em todo o circuito se acha demolido, e só na rua da Olaria se divisam ainda dele alguns vestígios nas casas, porque sobre ele levantaram a parede da rua”* (CARDOSO, 1758: 891,904 e 898-899). Em 1819, as muralhas estavam já *“quase inteiramente soterradas, ou demolidas, (...) servindo hoje de alicerces d’outros edificios”* (Torres, 1861: 11-12). Apenas o traçado urbano e a toponímia preservaram elementos de identificação da antiga cerca – *Rua de Entremuros, Rua da Cerca e Caminho da Cerca* – e das respectivas portas da vila.

A percepção do lugar

Cada indivíduo percepçiona e interpreta de forma distinta um mesmo lugar e dele constrói diferentes imagens, necessariamente fragmentárias e subjectivas. Ao reconstituir o passado, a escrita da história constrói igualmente imagens desse passado, também elas incompletas e peculiares. Contudo, o documento escrito partilha de uma contiguidade com o tempo histórico, que o constitui como *testemunho* – evidência física, concreta e real, de um tempo passado – e lhe confere uma ilusória autenticidade histórica. Assim, as elites intelectuais, enquanto produtoras de narrativas históricas, têm também um papel relevante na construção das representações que sustentam a memória e a identidade de um determinado lugar. Isto é particularmente notório na descrição de Torres Vedras, feita por Fernão Lopes, que veio a moldar, de forma duradoura, a memória histórica do lugar. O cronista – um forasteiro, note-se – terá observado a paisagem urbana, interpretando a *“fortaleza”* como o *“lugar”*. Ao perceber a povoação como *“arrabalde”*²⁴ (sinónimo de subúrbio, periferia, arredores), fomentou o entendimento de um núcleo habitacional primevo, situado no interior da fortificação, cujo assinalável crescimento urbano teria obrigado a população a extravasar os limites da cerca do castelo e a ocupar faixas sucessivas do território, ao longo da encosta e em direcção à várzea, no sopé do morro.

Esta noção foi sendo reproduzida, ao longo dos séculos, por corógrafos e historiadores locais²⁵, que foram referindo o castelo como *“burgo medieval primitivo”* (VIEIRA, 2000: 7) e divulgando um modelo de crescimento urbano em que a urbe antiga teria nascido *“organicamente à volta do templo [igreja do Castelo], à maneira dos círculos concêntricos em que a freguesia de Santa Maria vai descendo a colina do castelo”* (CLEMENTE, 2004: 28). *“Enquanto o território permaneceu inseguro, pelas acometidas dos Almôadas, os moradores não puderam abandonar essa “vila alta” herdada dos muçulmanos. (...) Mas, a partir dos inícios da centúria de Duzentos, a povoação extravasou as muralhas para sul, num arrabalde que, primeiro, ocupou (...) os bairros de Carcavelos e da Ferraria (...) e, mais tarde, começou a estender-se em direcção à Várzea”* (RODRIGUES, 1996a: 365). E nem mesmo a constatação de que, ao longo da Idade Média, *“nada na documentação que compulsámos, e particularmente na da colegiada de Santa Maria do Castelo (...) nos levou a detectar a presença de ruas, casas, moradores e actividades dentro do perímetro da primeira cerca de muralhas”* (RODRIGUES, 1995: 116, nota 17), alteraria este entendimento: *“todavia, eles deviam existir, embora em decadência, em tempos de D. Fernando”* (*Ibidem*). Esta tese foi sustentada por uma carta deste rei, que estendia aos moradores do arrabalde um privilégio que antes havia concedido em exclusivo aos residentes no interior da cerca, que foi equivocadamente atribuída a Torres Vedras quando, na verdade, se refere a Torres Novas²⁶.

Fernão Lopes (1977: 410), contudo, regista ainda outra observação, incongruente com este modelo: “*antre a vila e o castelo moravam tão poucos, de que não é fazer conta; e toda sua povoação era em um grande arravalde*”. O que parece significar que a povoação se teria desenvolvido no *arrabalde*, sem que para isso tivesse sido impelida por um esgotamento da capacidade de alojamento intramuralhas²⁷. A pretensa existência de vestígios de habitações no interior da cerca do castelo²⁸ é, por ora, uma fantasia, eventualmente sugerida por descrições das *casas* (salas e dependências) do palácio dos alcaides e da igreja de Santa Maria, posteriores ao século XVII²⁹. De facto, para além do palácio dos alcaides e de uma suposta torre quadrada mais antiga³⁰ não foram, até hoje, encontrados no castelo quaisquer vestígios de habitações, de época histórica ou pré-histórica³¹.

A descrição que Fernão Lopes nos legou do povoado, constituído por um “*grande arravalde de muitas e boas casas de bem ordenadas ruas, ao pé do monte*” (*Ibidem*), deixa perceber que o cronista terá ficado impressionado com o manifesto ordenamento urbano da vila, que sugere algum grau de planeamento. Ana Maria Rodrigues (1996a: 365; 1995: 140-141) interpreta este dado como resultado de um extravasamento populacional das “*murallas para sul, num arrabalde que, primeiro, ocupou o acentuado declive através de ruas concêntricas e estreitas – os bairros de Carcavelos e da Ferraria – e, mais tarde, começou a estender-se em direcção à Várzea, em terrenos já quase planos, permitindo ruas mais rectilíneas e largas*”. Todavia, existem elementos que demonstram que, pelo menos desde os primeiros tempos da Reconquista, a povoação se estruturaria já ao longo de uma ampla extensão do sopé do morro do castelo. É disso sinal, desde logo, a implantação das três igrejas matrizes na planície envolvente, muito especialmente S. Tiago – que já existia no primeiro quartel do século XIII (CLEMENTE, 1974: 21-22) – e S. Pedro – fundada entre 1148 e 1249 (RODRIGUES, 1983 e 1986: 74, nota 12). Desde muito cedo que a *baixa* surge organizada em bairros (Corredoira), arruamentos e zonas devidamente hierarquizadas, como ruas, adros e travessas. A “*praça da Corredoira*”, um importante elemento de estruturação urbana e situada no extremo nascente da vila, confinante com a muralha, surge mencionada num documento de 1225 (RODRIGUES, 1995: 121, nota 37). Nela se situava o Chafariz dos Canos, cuja existência será anterior a 1322 (*Idem*: 175). A par dos edifícios públicos, das habitações e de outras construções (pardieiros, fornos, tendas), o espaço urbano integrava também quintais, chãos, hortas e almoinhas (RODRIGUES, 1986: 87; SOUSA, 1957: 15; PEREIRA, 1990), que permitiam aos habitantes a prática de uma agricultura de subsistência, demonstrando que o crescimento urbano não estava necessariamente ligado a uma sobrelocação de zonas habitacionais.

Deste mesmo ordenamento urbano, claramente regular e ortogonal, nos deram informação os cartógrafos militares, no dealbar do século XIX (Figs. 1 a 4), documentação cujo contributo histórico tem sido pouco explorado.

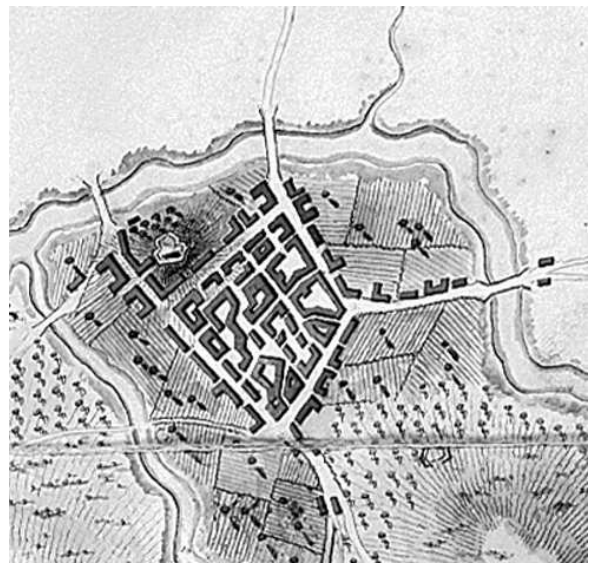


Fig. 1 – Reconhecimento Militar da Estrada de Maфра a Torres Vedras (excerto) (GEAEM/DIE, 1-EE-PPa).

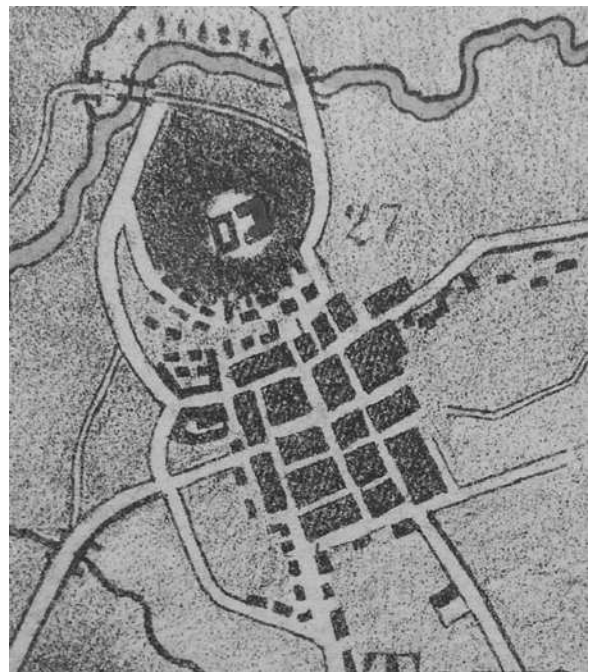


Fig. 2 – MITCHELL, Thomas L., *The Lines in front of Lisbon, with the redoubts, batteries, escarpments & military ways*, H. C. Maguire, [Inglaterra], 1818 (excerto) (MMLT.000832).

Eventualmente sob as influências do Romantismo, a partir de meados do século XIX a percepção da vila começou a ser outra, de que Inácio Barbosa (1862: 104) nos dá um excelente retrato: “*Torres Vedras é mais bella vista de longe, que de perto. As suas ruas são, em geral, muito estreitas, tortuosas, pouco limpas, e guarneçadas de casas de três e mais andares, que as fazem húmidas e taciturnas. Só tem uma que seja direita e bem larga. Chama-se rua das Olarias, e começa junto ao largo da Graça, que é a melhor praça da villa*”. A noção de uma povoação primeva com ruas estreitas e sinuosas foi dominante ao longo dos séculos XIX e XX, num modelo que, como refere Luísa Trindade (2009: 50), tem subjacente



Fig. 3 – JÚDICE, Ten. Amado, *Planta do Campo de batalha de Torres Vedras* (excerto) (AHM, DIV/3/47/AH3-4/16730).

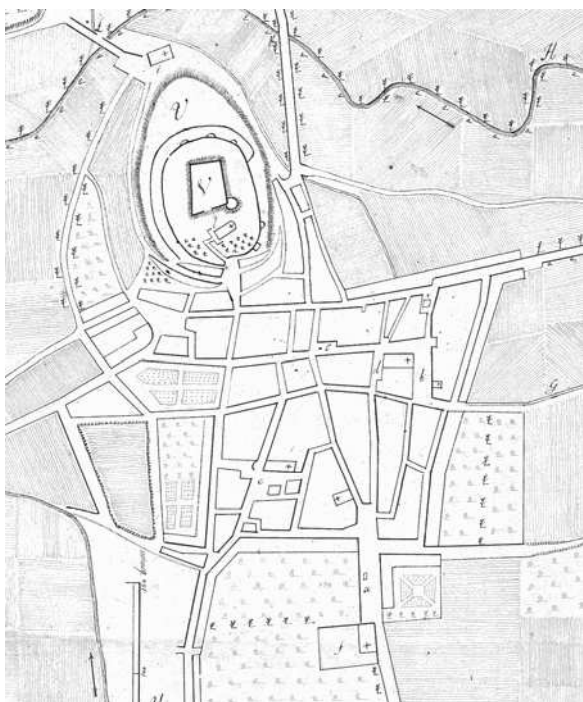


Fig. 4 – *Planta da villa de Torres Vedras e terreno adjacente*, 1809 (excerto) (GEAEM/DIE, 2669-3-34-47).

o preconceito de que “a cidade islâmica se distingua das demais pelo seu carácter labiríntico e confuso”. Manuel Clemente (1974: 100-101) elaboraria uma planta da vila que, para os torrienses, permanece até hoje como imagem emblemática da eventual configuração do burgo medieval. Partindo da proposta de reconstituição da área urbana muralhada, efectuada por Júlio Vieira (1926: 81-92) – curiosamente, sobre a planta da Fig. 4 – Manuel Clemente arredondaria os contornos da muralha, dando-lhe um configuração circular mais próxima da cerca do castelo, alargando o seu perímetro no troço poente, e bolearia igualmen-

te todos os quarteirões da actual planta da povoação, conferindo-lhe um aspecto porventura mais medieval (Fig. 5). Tomando por base, igualmente, o levantamento actualizado do centro histórico e confrontando-o

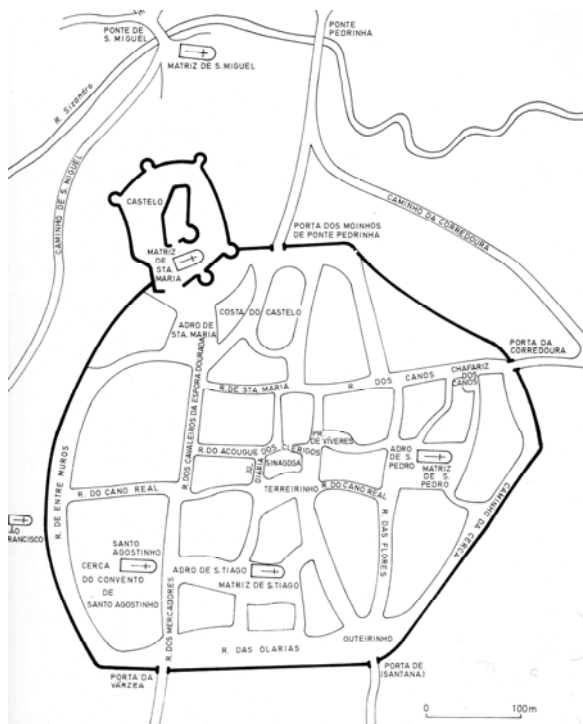


Fig. 5 – Reconstituição do traçado da muralha, no final da Idade Média (RODRIGUES, 1990, p. 79).

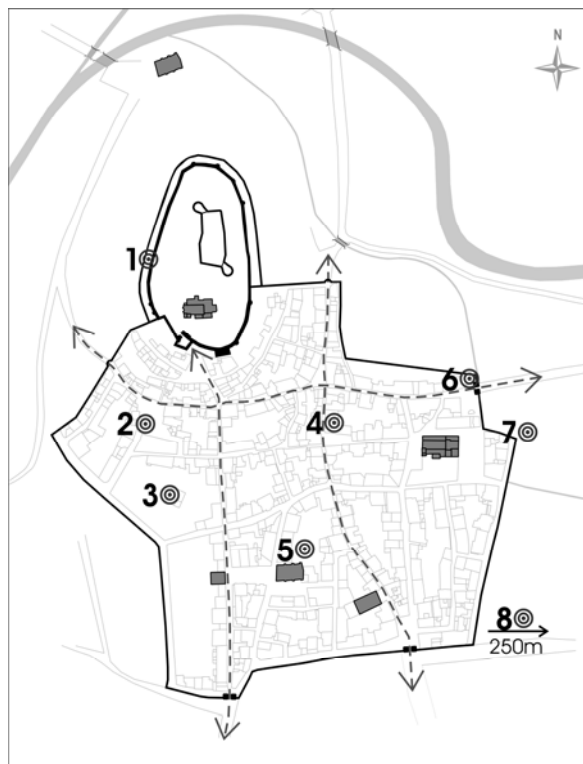


Fig. 6 – Reconstituição do traçado da muralha, no final da Idade Média; principais eixos viários e achados arqueológicos: 1 – Castelo; 2 - Santo António; 3 – Paço do Patim; 4 - Paços do Concelho; 5 - S. Tiago; 6 – Corredoura; 7 – Mercado Municipal; 8 – Alto de S. João.

com as mais antigas plantas cadastrais, elaborámos uma nova proposta de reconstituição da zona intramuralhas da antiga vila (Fig. 6), à qual foram retirados todos os elementos posteriores à mais antiga cartografia conhecida e acrescentados outros mais antigos, resultantes das investigações arqueológicas que efectuámos, designadamente os vestígios da muralha descobertos em 2001.

O registo arqueológico

Torres Vedras situa-se numa várzea de férteis terrenos agrícolas, cercada por montes que a protegem dos ventos dominantes, em cujo topo norte se ergue o morro do castelo. Embora seja a elevação de menor altitude, o pequeno outeiro oferece uma defesa segura e um domínio sobre o vale do Sizandro, que corre no seu sopé, inundando regularmente a planície. A primeira ocupação humana do local terá ocorrido no início do 3º milénio a. C., integrando um conjunto de pequenos povoados que se foram fixando nas colinas que bordejam o curso do Sizandro, beneficiando do acesso marítimo possibilitado pela navegabilidade ribeirinha até muito próximo de Torres Vedras e da influência comercial do Castro do Zambujal. Desse mais antigo estabelecimento chegaram-nos escassos vestígios, que se resumem a dois machados polidos e raros fragmentos de cerâmica. Tomando como exemplo o que se conhece do Zambujal, é de crer que, desde tempos muito recuados, a zona fortificada servisse de atalaia e fosse ocupada pelas elites militares, administrativas e religiosas, responsáveis pela governação do povoado, habitando a generalidade da população ao longo das encostas mais favoráveis, ou mesmo no sopé do outeiro, junto dos terrenos agrícolas que cultivavam. A fortificação continuaria, no entanto, a servir de último refúgio para os habitantes, em caso de necessidade. É muito provável que este modelo de ocupação do território tenha atravessado todas as épocas, até à Idade Média.

Assim, desde a 1ª Idade do Ferro que encontramos indícios, ainda que ténues, de uma ocupação do território que ultrapassa os limites da fortificação. O mais antigo destes vestígios é uma sepultura de incineração identificada no Alto de S. João (Fig. 6, nº 8), no final do século XIX. A sepultura continha um *oenochoe* e um par de pegas de uma pátera, em bronze, peças do século VI a. C. e atribuídas a uma oficina colonial estabelecida na península. O conjunto constitui o *serviço ritual* comum no mobiliário fúnebre de membros da alta sociedade peninsular, fenícia ou orientalizada, o que atribui maior importância e significado ao achado. Na mesma zona foi descoberta, em 1981, uma urna cinerária de cerâmica, sugerindo a presença de uma necrópole.

Em 2001 efectuámos duas sondagens de prospecção no terreno contíguo à Igreja de S. Tiago, onde se localizara a antiga fábrica Hipólito (Fig. 6, nº 5). A última camada estratigráfica, a cerca de 80 cm de profundidade, correspondia a um depósito com fragmentos de ímbrices e de cerâmica comum, da 2ª Idade do Ferro e do período romano. Destacam-se

um bordo de superfícies brunidas, o bordo de um *pithos* e três asas de recipientes da Idade do Ferro, uma das quais pertencente a uma ânfora ibero-púnica. Também em escavações arqueológicas realizadas no mesmo ano, no edifício dos Paços do Concelho (Fig. 6, nº 4), identificámos, no lado poente do edifício e no topo de uma camada de argila, um piso atapetado com fragmentos de potes e ânforas da 2ª Idade do Ferro – datado, por C14, de c. 235 a. C. (+/- 100) –, que constitui já um significativo vestígio de uma ocupação daquela época.

Os romanos terão ocupado o território torriense pouco depois de as tropas de Décimo Júnio Bruto terem tomado Lisboa, pelo ano 138 a. C. No castelo estabeleceram uma atalaia, cujos testemunhos mais notórios são as duas cisternas geminadas, rebocadas com *opus signinum*, numa das quais foi encontrada uma lápide funerária epigrafada, do século I. No interior do castelo foram ainda descobertos, entre outros achados, uma *árula* funerária do século II, uma moeda de Castulo e uma glande de funda. Mas os ocupantes ter-se-ão igualmente estabelecido no sopé do morro, organizando o espaço num *vicus* de alguma relevância (ALARCÃO, 1988: 97 e 2008: 116)³², junto ao cruzamento de duas importantes vias romanas, que ligavam, respectivamente, *Eburobritium* a *Olisipo* e *Ierabriga* a Sintra. Terão sido os romanos a estabelecer a matriz urbana fundacional do povoado, que determinaria os seus limites e os seus eixos de crescimento, ao longo de séculos (cf. ROSSA e TRINDADE, 2006: 25-26). Ainda hoje, no centro histórico, é claramente perceptível a malha reticular e as duas vias, sensivelmente perpendiculares e alinhadas pelos pontos cardeais, que constituem os seus elementos estruturantes: a actual rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, antiga rua dos Mercadores (*Cardus*), que ligava o castelo à Porta da Várzea³³; e a Rua da Corredoura (*Decumanus*) que, passando pelo largo do castelo, ligava a zona poente da muralha à Porta da Corredoura e à estrada para *Ierabriga* e *Olisipo*.

Foi precisamente junto da porta da Corredoura e numa zona correspondente ao exterior das muralhas – localização comum na implantação de necrópoles romanas³⁴ – que, aquando da construção do mercado municipal, em 1930, se encontrou uma lucerna do final do séc. I e um denário de prata cunhado em 82 a. C., pertencentes a uma sepultura (Fig. 6, nº 7). Também na capela de S. João (Fig. 6, nº 8) foi encontrado um grande pedestal funerário, do século I. No edifício dos Paços do Concelho (Fig. 6, nº 4), encontramos alguns materiais romanos de origem republicana, nomeadamente cerâmica campaniense (CARDOSO e LUNA, 2005: 70). Aquando da abertura de uma vala para colocação de infra-estruturas, no largo de Santo António (Fig. 6, nº 2), recolhemos ainda dois pequenos fragmentos de cerâmicas romanas, um de *terra sigillata* gaulesa e outro de *terra sigillata* africana clara D, ainda que sem contexto estratigráfico.

Durante a ocupação árabe, a fortaleza no alto do morro constituiu-se como um *hishn*, um recinto amuralhado com uma pequena guarnição, que dominava um

amplo território rural. Em 2008, durante o acompanhamento das obras de reconstrução de um pano de muralha, no troço poente da cerca do castelo (Fig. 6, nº 1), recolhemos diversos fragmentos de cerâmica do período da Reconquista. Verificou-se que o pano de muralha já tinha sido reconstruído no início do século XIX e que assentava sobre um nível detritico dos séculos XI-XII, contendo cerâmicas islâmicas (Fig. 7).

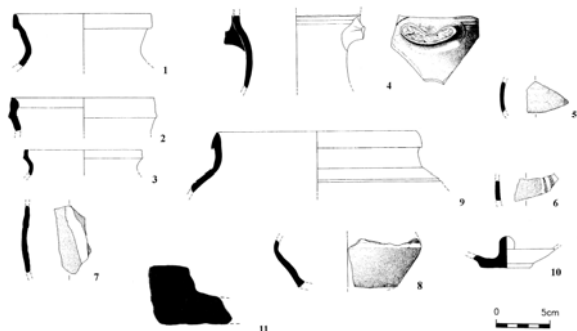


Fig. 7 – Muralha do castelo: 1 e 2, potes; 3 e 9, painéis; 4, cântaro; 5-8, púcaros com pintura a engobe branco; potes; 10, testo; 11, tégula. Séculos XI-XII.

A generalidade da população, porém, ocuparia a encosta voltada a sul e o sopé da colina: a *vila baixa*, marcada pela matriz romana³⁵. No Largo de Santo António, limite entre a *alta* e a *baixa*, recolhemos igualmente um conjunto muito significativo de cerâmicas islâmicas, nomeadamente com pintura em bandas, em que se destacam a boca de um cântaro e uma panela, decorados a barbotina branca (Figs. 8 a 10).

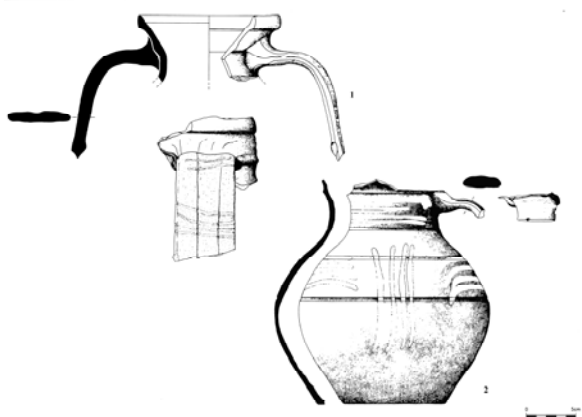


Fig. 8 – Largo de Santo António: 1, boca de cântaro decorado a barbotina branca; 2, panela.

Em Abril de 1997, realizámos uma sondagem arqueológica no local onde existiu o Paço do Patim (Fig. 6, nº 3), residência dos alcaides-mores e um dos mais importantes edifícios do burgo, no século XV. Situava-se na rua dos Mercadores, onde habitava um elevado número de membros da aristocracia local. A sondagem atingiu mais de 6 metros de profundidade, contendo o penúltimo estrato (24) abundantes carvões, pedaços de barro muito friável, cozido a baixa temperatura, e fragmentos de cerâmica comum. Constituem indícios da existência de um forno cerâmico,

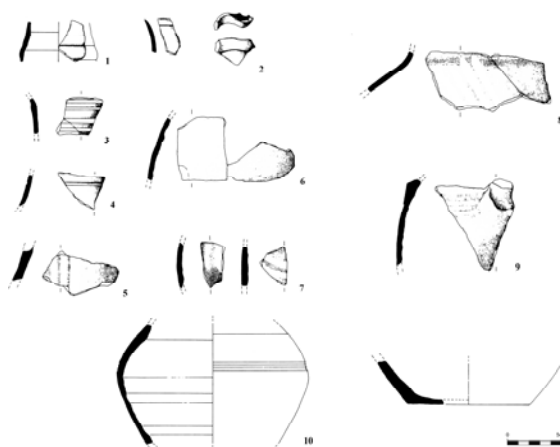


Fig. 9 – Largo de Santo António: 1, púcaro; 2, bordo de jarro; 3, 4 e 7, Jarras; 5, 6, 8 e 9, painéis; 10 e 11, painéis.

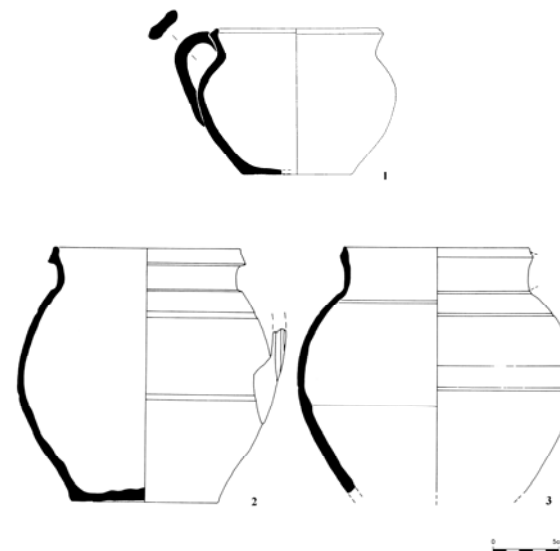


Fig. 10 – Largo de Santo António: 1, púcara; 2 e 3, painéis. Século XII.

na transição da época islâmica para a cristã, que apresenta algumas semelhanças com o forno que viríamos a identificar posteriormente em S. Tiago.

No âmbito do projecto de revalorização do edifício dos Paços do Concelho (Fig. 6, nº 4), levámos a cabo, entre 2001 e 2002, uma campanha de escavações arqueológicas, na qual foi identificado um conjunto de nove silos islâmicos (CARDOSO e LUNA, 2002; LUNA e CARDOSO, 2002b). Escavados no solo argiloso, foram sendo gradualmente entulhados ou utilizados como fossas detriticas após a Reconquista, até ao final da Idade Média. Em dois dos silos foram encontrados inúmeros recipientes de cerâmica, de produção islâmica, alguns deles datáveis do período do califado de Córdoba (séculos X/XI), bem como algumas peças dos primeiros anos da ocupação cristã. Neste conjunto predominam as cerâmicas domésticas de cozinha, como painéis, jarros, bilhas, potes, talhas e testos, com uma significativa percentagem de cerâmicas pintadas a uma só

cor (negro, branco ou vermelho), figurando bandas de linhas rectas ou curvas, tipicamente muçulmanas (Figs. 11 a 13). Recolheram-se, ainda, vários fragmentos de cerâmica de tradição islâmica, decorados com caneluras ou bandas pintadas. Nos restantes silos, foram encontradas peças datáveis de entre os séculos XII e XV. Já no pátio do edifício, a sondagem detectou um nível de ocupação dos séculos XII e XIII, tendo sido recolhidas, para além de cerâmicas islâmicas e cristãs, uma moeda de D. Sancho I e duas moedas de D. Afonso II.

Nas sondagens realizadas junto à igreja de S. Tiago (Fig. 6, nº 5) foi registada, sobre a camada sedimentar com materiais da Idade do Ferro e do período romano, uma espessa camada com uma grande quantidade de cerâmica doméstica, restos alimentares e vestígios de uma eventual actividade artesanal, ligada ao trabalho do ferro, bem como um grande volume de materiais islâmicos. No lado poente da vala de sondagem identificou-se parte da câmara de combustão de um pequeno forno cerâmico, também do período islâmico, parcialmente destruído pela

construção da antiga fábrica Hipólito. A sua configuração é muito semelhante à dos fornos islâmicos encontrados nas fundações do *Mandarim Chinês*, em Lisboa (BUGALHÃO, SOUSA e GOMES, 2004).

No interior da estrutura de combustão foram ainda recolhidos fragmentos de uma panela dos séculos X-XII e um fragmento do bojo de uma grande talha alto-medieval.

Em meados da década de 20 do século passado, Júlio Vieira (1926: 25, 84 e 88) deu-nos conta de alguns vestígios da muralha, então descobertos: as “ruínas de um pegamento” no pano nascente da muralha do castelo e uns “restos bem visíveis da antiga muralha da vila”, encontrados a 4m de profundidade, durante a abertura de um poço na rua dos Polomes. Já em 1859 tinham igualmente sido descobertos vestígios da porta da Corredoura, aquando da demolição da casa à qual se encostava o Passo fronteiro ao Chafariz dos Canos, tendo-se encontrado “não só parte do muro da vila, que por ali seguia, mas também as pedras do trancadouro, e algumas do arco da mesma porta, e tudo de boa cantaria”

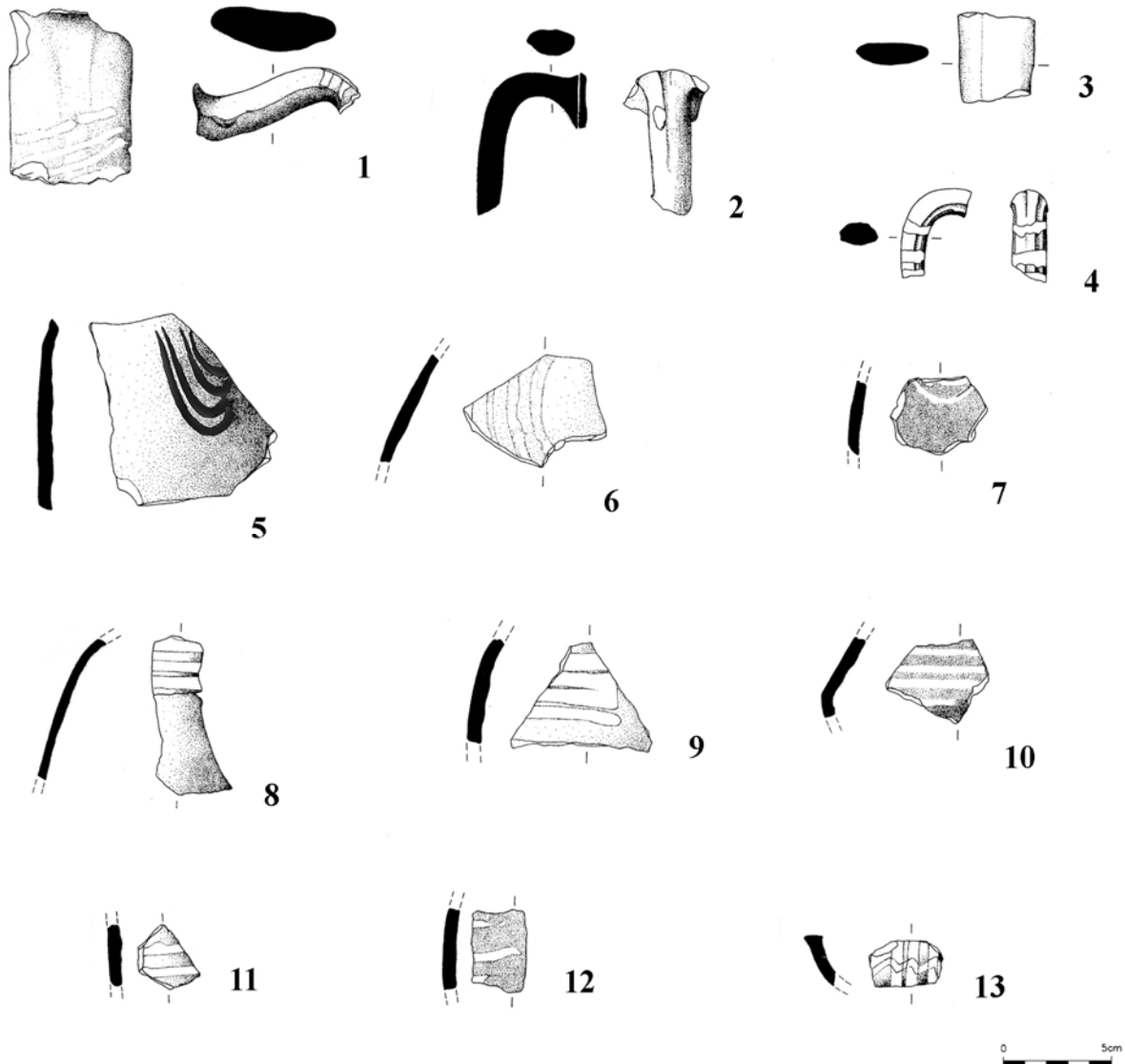


Fig. 11 – Paços do Concelho: fragmentos de cerâmicas islâmicas decoradas a barbotina branca e a manganês.

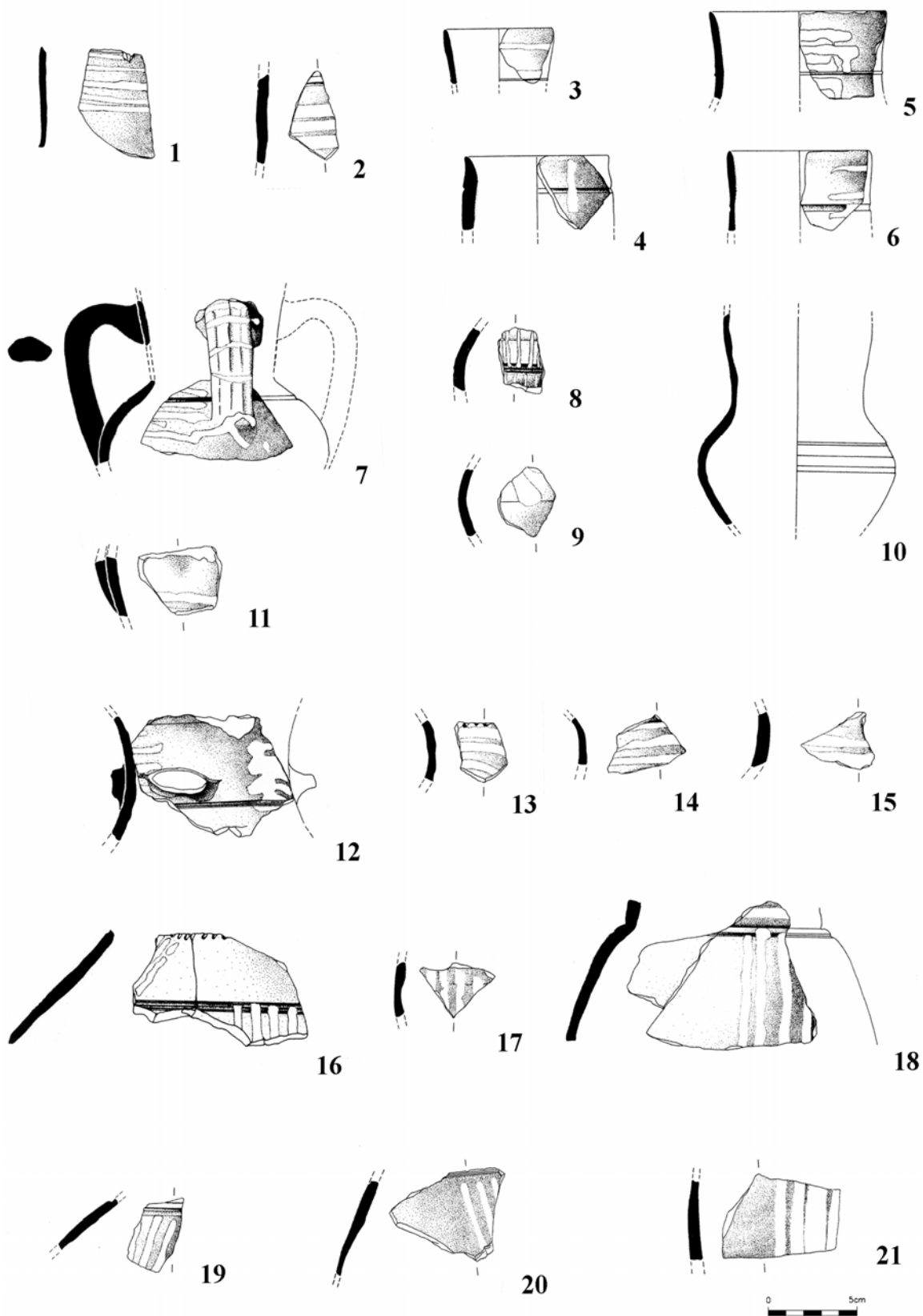


Fig. 12 – Paços do Concelho: fragmentos de cerâmicas islâmicas decoradas a barbotina branca.

(TORRES, 1861: 11, nota a). Ora, foi precisamente defronte deste local, do lado norte da rua da Corredoura que, em 2001, identificámos as fundações de um troço da antiga muralha da vila e do que parece ser um muro de cantaria, de uma estrutura associada à respectiva porta (Fig. 6, nº 6). O achado foi feito em 2001, aquando da realização de escavações arqueológicas para esclarecer a passagem da muralha no local. O troço de muralha estrutura-se em “L”, surgindo de Noroeste e inflectindo em direcção à Rua Cândido dos Reis, onde chega já quase perpendicular (Fig. 16). É uma estrutura arquitectónica monumental, com 2 m a 2,3 m de espessura, que assenta num embasamento formado por blocos de pedra aparelhados, dispostos verticalmente sobre o solo. A intervenção arqueológica viria, assim, a confirmar a existência da muralha e da porta da Corredoura – atestada pela confluência da estrutura com a rua – e a registar, pela primeira vez, os seus indícios materiais, dando um importante contributo para o conhecimento do seu traçado.

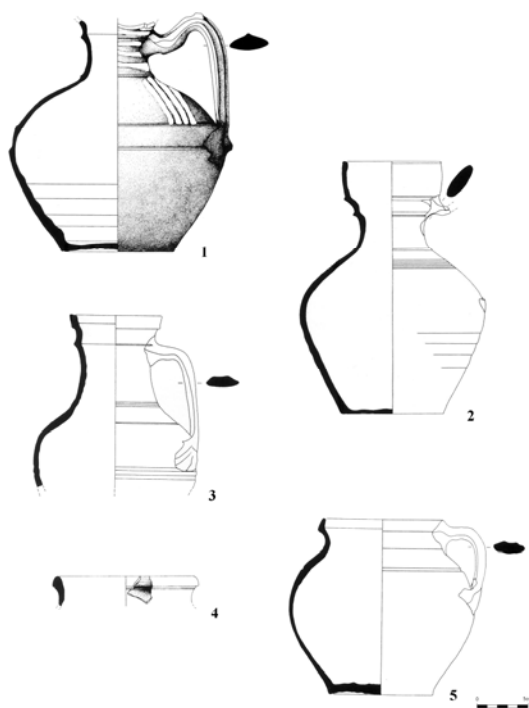


Fig. 13 – Paços do Concelho: 1, bilha, século XII; 2 e 3, bilhas, século XIII; 4 e 5, panelas, século XIII.

O conjunto de achados que aqui sistematizámos revela a importância da zona baixa de Torres Vedras, desde épocas muito recuadas. A malha de cariz geométrico inicialmente estabelecida e a amplitude do espaço urbano, com capacidade para admitir um razoável crescimento interno, contiveram a expansão urbana, situação que viria a ser particularmente fomentada pela construção da muralha. Salvo raríssimas excepções – no perímetro inicial dos caminhos que saíam das portas da Várzea e da Corredoura –, a vila confinou-se, durante séculos, aos seus limites iniciais. Só com o advento do caminho-de-ferro, já em 1886, a urbe foi forçada a extravasar os seus limites primevos, rasgando as primeiras duas grandes vias que a aproximariam do moderno meio de transporte e do novo mundo que com ele chegaria.

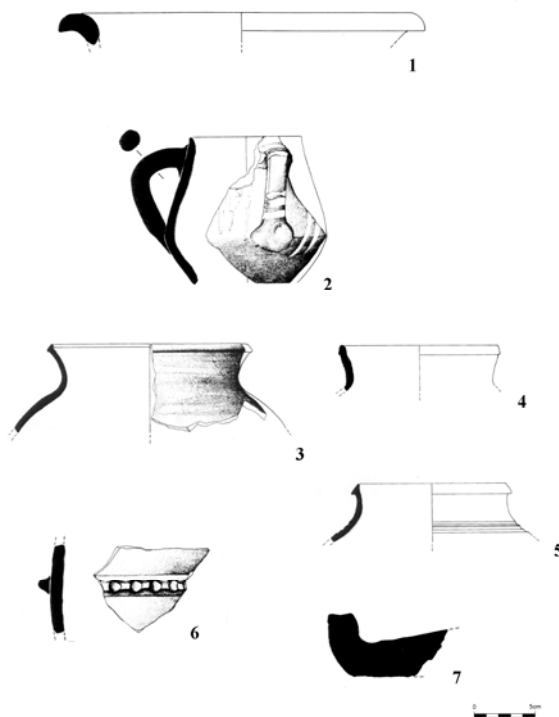


Fig. 14 – S. Tiago: 1, fragmento de bordo de pote da Idade do Ferro; 2, púcaro decorado com barbotina branca, século XII; 3, 4 e 6, fragmentos de potes; 5, fragmento de panela; 7, fragmento de tégula.

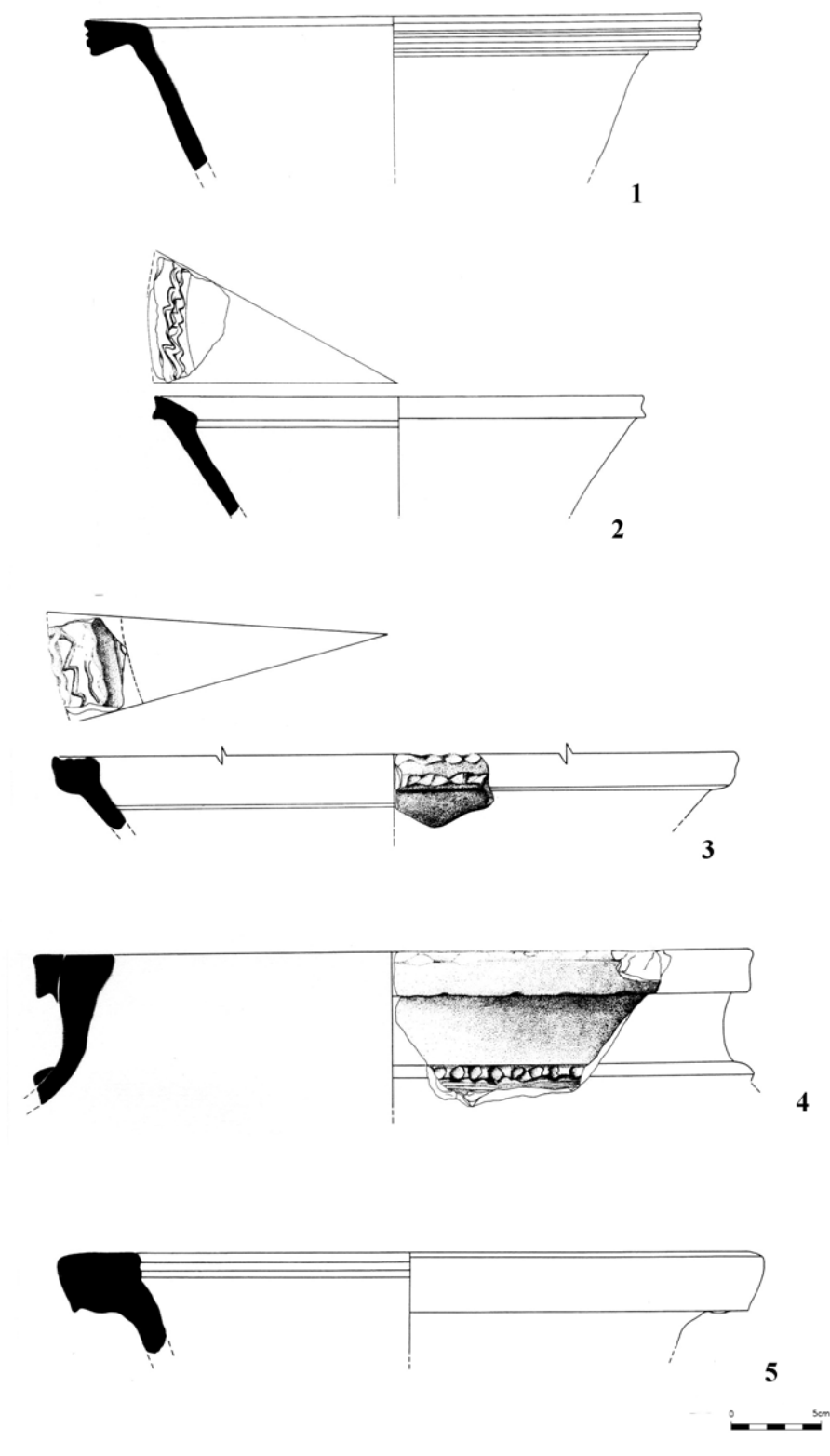


Fig. 15 – S. Tiago: 1 a 3, alguidares; 4 e 5, bordos de talhas.

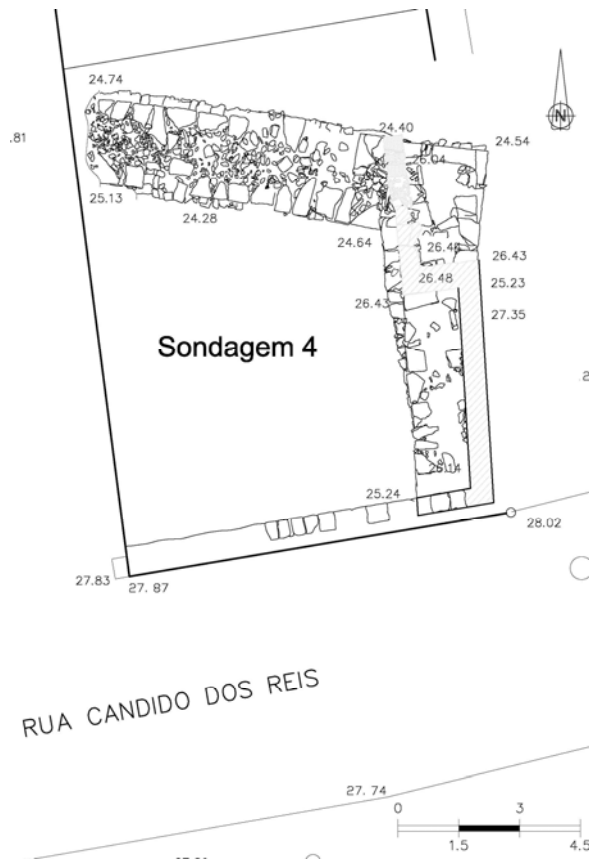


Fig. 16 – Planta do troço de muralha descoberto na Corredoura.



Fig. 18 – Corredoura ângulo da muralha; muro de cantaria e alicerces do tramo oriental.



Fig. 17 – Corredoura: aparelho do tramo norte da muralha, em alvenaria de duas folhas, com enchimento de pedra miúda.



Fig. 19 – Corredoura: dos alicerces do tramo oriental da muralha, com blocos em cutelo.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de, «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – v», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2008, p. 103-121.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, *As cidades e villas da monarchia portuguesa que teem brasao d'armas*, vol. 3, Typographia do Panorama, Lisboa, 1862.
- BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2000.
- BARROCA, Mário Jorge, «Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)», *Portvgalia*, nova série, 24, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003, p. 95-112.
- BUGALHÃO, Jacinta, SOUSA, Maria João e GOMES, Ana Sofia, «Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (1), Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004, p. 575-643.
- CARDOSO, Guilherme e LUNA, Isabel, «Paços do Concelho: 2.500 anos de história», *Torres Vedras em Revista*, 1, Ecos.Com, Lisboa, 2002, p. 24-27.
- CARDOSO, Guilherme e LUNA, Isabel, «Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras», *Actas do Congresso “A presença romana na região Oeste”*, Câmara Municipal do Bombarral, Bombarral, 2005, p. 65-82.
- CARDOSO, P.e Luis (coord.), *Dicionário geográfico de Portugal*, t. 37, nº 79, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1758, p. 833-912.
- CLEMENTE, Manuel, *Torres Vedras e o seu termo no primeiro quartel do século XIV*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de licenciatura [policopiado], Lisboa, 1974.
- CLEMENTE, Manuel, «Um vestígio dos muros de Torres Vedras?», *Badaladas*, 2154, 18.04.1997, Torres Vedras, p. 5.
- CLEMENTE, Manuel, «Catolicismo e identidade torriense», em Manuel Clemente, *História e religião em Torres Vedras*, Grifo, Lisboa, 2004, p. 21-31.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, tomo 3, Officina Real Deslandesiana, Lisboa, 1712.
- FERNANDES, Isabel Cristina F., CARDOSO, João Luís, e ANDRÉ, Maria da Conceição, «Cerâmicas muçulmanas do centro histórico de Oeiras», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, 2009, p. 97-115.
- GUERRA, Amílcar, «A península de Lisboa no I milénio a. C.: uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos», *Turres Veteras, IV: Actas de Pré-história e História antiga*, Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, Torres Vedras, 2002, p. 119-128.
- JUSTO, J. L. e SALWA, C., «The 1531 Lisbon earthquake», *Bulletin of the Seismological Society of America*, 88 (2), Seismological Society of America, Albany CA, 1998, p. 319-328.
- LEMOS Francisco Sande *et alii* (dir.), *Bracara Augusta*, em <http://www.geira.pt/bracara>, 1998.
- LOPES, Fernão, *História de uma revolução: primeira parte da “Crónica de El Rei D. João I de Boa Memória”*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1977.
- LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme, «Sondagens de emergência junto à igreja de S. Tiago (Torres Vedras)», *Al-madan*, IIª série, 11, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2002a, p. 7.
- LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme, «Escavações arqueológicas nos Paços do Concelho de Torres Vedras», *Al-madan*, IIª série, 11, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2002b, p. 252.
- MANTAS, Vasco Gil, «A população da região de Torres Vedras na época romana», *Turres Veteras, IV: Actas de Pré-história e História antiga*, Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, Torres Vedras, 2002, p. 129-141.
- MIRANDA, J. *et alii*, «The 1531 Lisbon earthquake and tsunami», *Proceedings of the 15 World Conference on Earthquake Engineering*, World Conference on Earthquake Engineering, Lisboa, 2012. Disponível em http://idl.ul.pt/sites/idl.ul.pt/files/docs/PAPER_0685_THE_1531_LISBON_EARTHQUAKE_AN%20D_TSUNA_MI.pdf.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, vigilância e comando*, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1999.
- PEREIRA, Isaias da Rosa, «Livro de aniversários da igreja de S. Pedro de Torres Vedras (séc. XV)», *Revista da Universidade de Coimbra*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990, p. 379-394.
- REGO, Rogério de Figueiroa, «Apontamentos que fazem os procuradores da vila de Torres Vedras a vossa majestade...», em Rogério de Figueiroa Rego, *Procuradores da vila de Torres Vedras às cortes de 1642*, sep. de *Miscelânea*, I, [s.n.], Oeiras, 1932, p. 5-12.
- RODRIGUES, Ana Maria S., «La formation et l'exploitation du domaine de la collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIIIe – fin XVe siècles)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 19, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1983, p. 3-37.
- RODRIGUES, Ana Maria S., «O Domínio rural e urbano da colegiada de S. Pedro de Torres Vedras no final do século XV», *Revista de História Económica e Social*, 17, Sá da Costa, Lisboa, 1986, p. 71-88.
- RODRIGUES, Ana Maria S., *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995.
- RODRIGUES, Ana Maria S., «De cidade atractiva a cidade decadente: o percurso torriense nos finais da Idade Média», em Ana Maria Rodrigues, *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras medieval*, Patrimonia, Cascais, 1996a, p. 361-377.
- RODRIGUES, Ana Maria S., «O castelo e as muralhas de uma vila estremenha: Torres Vedras», em Ana Maria Rodrigues, *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996b, p. 25-43.
- RODRIGUES, Ana Maria S., «Torres Vedras», em A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar de Andrade (coord.), *Atlas de cidades medievais portuguesas*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, p. 77-79.
- ROSSA, Walter e TRINDADE, Luísa, «Questões e antecedentes da “cidade portuguesa”: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica»,

- Murphy: revista de história e teoria da arquitectura e do urbanismo*, 1, 2006, Coimbra, p. 70-109.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Fontes medievais da história torreana*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 1957.
- TORRES, Manuel Agostinho Madeira, *Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras: parte histórica*, 2.^a ed, acrescentada com algumas notas dos editores, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1861.
- TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dissertação de doutoramento [em linha], Coimbra, 2009. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13529>.
- VEIGA, Carlos e SILVA, Carlos Guardado da, *O livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras: 1596-1599*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2003.
- VIEIRA, Henrique, «Freguesia de Santa Maria e S. Miguel: síntese histórica», *Badaladas*, n.º 2339 – supl. *Freguesias*, 19, 03-11-2000, Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, Torres Vedras, p. 6-7.
- VIEIRA, Júlio, *Torres Vedras antiga e moderna*, Livraria da Sociedade Progresso Industrial, Torres Vedras, 1926.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. 3, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922.

NOTAS

- ¹ A subjectividade poética latente na narrativa de Fernão Lopes – curiosamente, escrita no presente do indicativo – parece sugerir que a descrição da vila possa resultar de um conhecimento pessoal do lugar, por parte do cronista. Ora, se tivermos em conta que Fernão Lopes terá nascido por volta de 1380 – pouco antes do cerco posto à vila pelo Mestre de Avis – e que esta parte da crónica de D. João I terá sido escrita no decurso da década de 40 do século XV, a descrição poderá corresponder a um momento cronológico mais tardio, relativamente aos acontecimentos narrados.
- ² A que o mesmo também se refere como *atalaia* ou *torre de menagem*.
- ³ “*Diziam que mandasse tirar ao pé do muro da vila*” [com os engenhos] (LOPES, 1977: 411).
- ⁴ O Mestre aposentou as suas tropas “*pelo arravalde arredor da vila*” (LOPES, 1977: 410).
- ⁵ A precisão com que a obra de Fernão Lopes refere certos pormenores do povoado não nos permite duvidar significativamente da narrativa. É o caso, entre outros exemplos, dos “*Paços del-rei*”, situados no exterior da fortaleza, ou das duas cisternas existentes no castelo (*Idem*: 410 e 418). Atestam ainda estes acontecimentos os diversos *pelouros* – ou pedras de arremesso – encontrados no castelo.
- ⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, Livro 14, fls. 4-4v, *apud* RODRIGUES, 1995: 117, nota 20.
- ⁷ ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Santarém*, maço 9, s. n.º (antigo maço 3, n.º 80), *apud* RODRIGUES, 1995: 118, nota 21. O mesmo vedor a quem D. Duarte se dirigirá em 1434, para esclarecer a prestação da anúduva em Torres Vedras, pelos moradores do reguengo do Gradil.
- ⁸ A anúduva, enquanto prestação pessoal em trabalho, na construção e reparação de fortalezas e muralhas, veio a converter-se, posteriormente, num tributo pecuniário (MONTEIRO, 1999: 160-162).
- ⁹ A carta é dirigida por D. Duarte aos “*juizes, vereadores e procurador e homees bõs da nossa villa de Torres Vedras e ao vedor das obras do muro della*” (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 28, fl. 116). Os “*pervilegios, foros e liberdades que foram dados e confirmados aos moradores e lavradores do rreguengo do Gradyl, termo de Torres Vedras*”, foram igualmente confirmados por D. Fernando, em 1367 (ANTT, *Gavetas*, gaveta 19, maço 14, n.º 4, fl. 49), e já antes o haviam sido por D. Pedro, em 1360 (ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Livro 1, fl. 45v).
- ¹⁰ ANTT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, maço 3, n.º 134.
- ¹¹ ANTT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, Livro 2, fl. 13; RODRIGUES, 1995: 120, nota 31.
- ¹² A presença de casas ao longo da rua da Corredoura, mas já no exterior da muralha, é ainda um sinal da existência da própria porta da Corredoura.
- ¹³ *Tombo da igreja de S. Tiago de Torres Vedras*, *apud* TORRES, 1861: 210, nota a).
- ¹⁴ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 25, n.º 34 e Parte II, maço 90, n.º 20).
- ¹⁵ A repartição de obras no castelo e na cerca da vila, respectivamente entre o rei e o concelho, é algo bastante frequente (TRINDADE, 2009: 153). Registe-se que, na mesma altura, o alcaide D. João Soares de Alarcão construiu no castelo, a expensas suas, o palácio dos alcaides.
- ¹⁶ Com epicentro na zona de Santarém e uma magnitude de cerca de 7,5 na escala de Richter, o sismo afectou significativamente a península de Lisboa, estimando-se que o número de vítimas não tenha sido inferior ao do terramoto de 1755 (Cf. JUSTO e SALWA, 1998; MIRANDA *et alii*, 2012).
- ¹⁷ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 48, n.º 19. O concelho refere estar a vila “*posta em muyta necessidade e proveza por o desvairo dos temporais*”, sem “*mantimentos da terra*”, sem pão e “*em carestia e opressam*”.
- ¹⁸ A destruição e a peste obrigaram o rei e a corte a saírem de Lisboa e a estabelecerem-se em Évora.
- ¹⁹ Acórdão de 11 de Março de 1599, fl. 237, *apud* VEIGA e SILVA, 2003: 160.
- ²⁰ Arquivo Municipal de Torres Vedras (AMTV), *Alvará de sua majestade pera se derubar a porta de Santa Anna desta villa*, in *Livro de Registo da Câmara Municipal*, n.º 5, fl. 81.
- ²¹ A norte da vila existiria um acesso menor ao exterior, como se depreende de um registo de 1731, relativo à “*rua publica que vay para fora da villa a que chamão a rua dos pelomes*” (SCMTV), *Livro que hade servir pera o tombo dos bens e rendas da Santa Caza da Mizericordia desta vila de Torres Vedras*, 1731, fl. 23v).
- ²² SCMTV, *Livro que hade servir pera o tombo dos bens e rendas da Santa Caza...*, 1731, fl. 11.
- ²³ AMTV, *Livro dos Acórdãos da Câmara Municipal*, n.º 18, fl. 241: O local surge registado como “*Porta Varge*” em 1731 (SCMTV, *Livro que hade servir pera o tombo dos bens e rendas da Santa Caza...*, 1731, fl. 39v) e, ainda hoje, é popularmente conhecido por *Porta da Várzea*.
- ²⁴ O termo surge ainda num documento de 1429, pelo qual D. João I faz doação de uns “*pardieiros que elle há em Torres Vedras, no arravaldo, apaar da igreja de Santiago*” (SOUSA, 1957: 58).

²⁵ Incluindo por nós próprios.

²⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 71 (05.09.1380).

²⁷ Este dado é interpretado por Ana Maria Rodrigues (1995: 116, nota 16) como “um fenómeno de abandono dos antigos recintos murados em benefício de novos bairros comerciais situados a seus pés”.

²⁸ “Área do castelo (...) de cujas casas se encontram a descoberto alguns alicerces, encostados à muralha do topo sul” (VIEIRA, 2000: 7).

²⁹ “(...) o dito castello he cazas delle o quall tem dous balluartes (...) e muitas cazas mui bem consertadas he repairadas e muito boas e tres sistemas dagoa” (Registo do auto da posse que se deu a Dom João Soares de Alarcão, alcaide-mor da vila de Torres Vedras, do Castelo da dita vila, 23.04.1604, fl. 138v, in AMTV, *Livro de registo de privilégios, provisões e alvarás*, 1602-1607, fls. 138-139v).

³⁰ Cujas fundações teriam sido encontradas por Leonel Trindade no interior do bastião sul, mas de que não possuímos senão informação oral.

³¹ As escavações arqueológicas realizadas no castelo apenas descobriram dois muros em “L”, no interior da área da necrópole, junto à muralha sul, que se pensa terem servido para contenção do terreno e organização do espaço sepulcral.

³² A hipótese de se tratar da *Chretina* mencionada por Ptolomeu, proposta por Vasco Mantas (2002: 135), foi contestada por Amílcar Guerra (2002: 124) e Jorge Alarcão (2008: 116-119).

³³ “As restantes vias tenderiam a rasgar-se em função daquela: paralelas as ruas, perpendiculares as travessas” (TRINDADE, 2009: 155).

³⁴ “As cidades romanas observavam religiosamente uma regra na implantação dos seus cemitérios: estes situavam-se sempre fora dos limites da urbe, de preferência junto e ao longo das vias que dela saíam. As necrópoles permitem, assim, delimitar com bastante rigor o perímetro urbano e deduzir, também, os posicionamentos dos principais eixos de acesso à cidade” (LEMOS et alii, 1998).

³⁵ Os muçulmanos ocuparam, sistematicamente, povoações pré-existentes e, em muitos casos, plenamente estruturadas. “Não se registou até ao momento qualquer fundação islâmica ex nihilo no território que viria a configurar Portugal” (TRINDADE, 2009: 69, nota 70).

Abreviaturas:

GEAEM/DIE – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direcção de Infra-estruturas do Exército.

AHM – Arquivo Histórico Militar

MMLT – Museu Municipal Leonel Trindade.

Ilustrações:

Fig. 5: Manuel Clemente; Fig. 6: Isabel Luna e Jorge Martins; Fig. 7 a 15: Luísa Batalha; Fig. 16: Severino Rodrigues.